

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Termo de Referência 87/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
87/2025	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	LUCAS DO NASCIMENTO LEDES DEMATTE	16/10/2025 11:40 (v 2.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	73/2025	50000.031959/2024-41

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 50000.0331959/2024-41)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos de limpeza, higienização e desinfecção nos dutos e grelhas dos sistemas de ar-condicionado central para atender às necessidades dos Edifícios Sede, Anexos e túnel do Bloco "R", todos localizados em Brasília – DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de limpeza, higienização e desinfecção do sistema de climatização central.	2771	m	8.100	R\$ 60,82	R\$ 492.642,00
VALOR TOTAL						R\$ 492.642,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção comprometerá o desenvolvimento das atribuições institucionais do órgão, de maneira a causar sérios prejuízos à Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a metodologia de fiscalização a ser empregada, relatórios mensais sobre a qualidade do serviço.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Registra-se que este Termo de Referência não exige a classificação ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 18/04/2024;
- III) Id do item no PCA: 89;
- IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 390004-73/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, outubro de 2024, 7ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada. Edição aprovada pela Câmara Nacional de Sustentabilidade e pela Consultoria - Geral da União CGU/AGU, que especifica em seu caderno que a contratação pública sustentável deverá considerar, no mínimo, os seguintes aspectos:

4.1.1. Item 39: Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, páginas 218 a 221, que classifica as/AGU 7ª edição, outubro/2024substâncias encontradas nos produtos utilizados nos sistemas de refrigeração,[chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf](https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf).

39. SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs, especificadas nos anexos A e B do Protocolo de Montreal (promulgado pelo Decreto nº 99.280/90), notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano.

Tais substâncias são encontradas geralmente nos seguintes produtos:

- Unidades de ar-condicionado automotivo- Refrigeradores e congeladores
- Equipamentos e sistemas de refrigeração
- Equipamentos e aparelhos de ar-condicionado
- Instalações frigoríficas
- Resfriadores de água e máquinas de gelo
- Aerossóis
- Equipamentos e sistemas de combate a incêndio

- Extintores de incêndio portáteis
- Solventes
- Esterilizantes
- Espumas rígidas e semirrígidas
- Etc.(grifo nosso)

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.3.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionais.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

4.9.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1. Para solicitação da vistoria, deverá ser encaminhado o pedido no e-mail: coinf.cogrl@transportes.gov.br.

4.22.2. A vistoria é recomendada para que as empresas tomem pleno conhecimento das dificuldades inerentes aos serviços e das características das instalações oferecidas, utilizando-se da ocasião para sanar possíveis dúvidas que afetarão a formulação das propostas de preços, não podendo alegar desconhecimento durante a execução do contrato.

4.22.3. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 1 (um) dia após a emissão da respectiva ordem de serviço.

5.1.2. Para execução de cada serviço será emitida pela fiscalização a respectiva Ordem de Serviços, conforme modelo do apêndice deste Termo de Referência, que será encaminhada à Contratada por e-mail.

5.1.3. Os serviços solicitados deverão ser executados pela Contratada no prazo designado na Ordem de Serviços;

5.1.4. Na etapa de execução a Contratada deve seguir ao máximo o acondicionamento do material em uma área segura, a utilização de EPI se torna obrigatória, a retirada de resíduos e entulhos devem ser acondicionadas em um local que não atrapalhe as demais rotinas da unidade e sempre que possível o seu recolhimento. A execução dos serviços devem ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato

5.1.5. Os funcionários da empresa a ser contratada deverão apresentar-se uniformizados e identificados;

5.1.6. A Contratada deverá apresentar um cronograma de realização de serviços e prazos antes do início dos serviços para apreciação do Fiscal de Contrato;

5.1.7. Todos os serviços serão avaliados pela fiscalização, devendo, a empresa a ser contratada, executá-los de acordo com as recomendações deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";

5.2.2. Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. De segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas;

5.3.2. Em casos excepcionais, poderão ser solicitadas demandas que necessitem ser executadas aos sábados, domingos e feriados, e período noturno. Serviços em gabinetes, na maioria das vezes, serão realizados em horários não comerciais.

5.3.2.1. Poderá ser autorizada a execução em horários alternativos, noturnos, finais de semana ou feriados e recessos, mediante prévia comunicação. Neste caso, a jornada extraordinária não gerará quaisquer ônus extras ao Contratante, devendo a proposta da licitante considerar eventuais custos adicionais para o cumprimento dos prazos prescritos.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. As solicitações serão feitas de acordo com as necessidades dos Órgãos, subsidiadas pelas especificações necessárias à execução dos serviços requeridos.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. A empresa contratada deverá fornecer e possuir todos os equipamentos apropriados tanto para segurança individual quanto coletiva (EPI's e EPC's). Além disso, deverá apresentar as especificações dos materiais adquiridos à equipe de fiscalização, conforme cada item executado. É imprescindível que sejam observadas as Normas de Segurança aplicáveis aos profissionais, garantindo assim a segurança dos bens materiais, usuários e transeuntes;

5.4.2. A empresa deverá informar à fiscalização quanto as especificações e quais equipamentos e produtos serão utilizados na realização do serviço para cada área especificada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. O serviço será executado por equipe não residente, disponibilizada pela Contratada, devendo obrigatoriamente contar com profissionais devidamente capacitados, uniformizados e com identificação (crachá).

5.5.2. Caso necessário, a Contratada, quando solicitada, deverá apresentar relatório com detalhamento, proporcionando melhor percepção na execução dos serviços.

5.5.3. A Contratada deverá disponibilizar atendimento via telefone e e-mail ou outros meios digitais, em dias úteis durante o horário comercial, de modo a possibilitar a abertura de Ordem de Serviços.

5.5.4. A prestação dos serviços poderá ser realizada fora do horário comercial, em sábados, domingos e/ou feriados, de acordo com a necessidade, urgência ou caráter emergencial, com a autorização prévia da Contratante.

5.5.5. Caso ocorra algum dano em qualquer momento da execução do contrato, a reparação será de responsabilidade da Contratada.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174 /2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa Contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Serviços executados e entregues em sua totalidade.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de conclusão da Ordem de Serviços.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratada a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos a Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/04/2025.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação da Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

7.46.5. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

8.2.4.2. Moratória de 0,7% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 0,5 % a 1,5 % do valor do Contrato;

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato.

8.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato.

8.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 2,0 % a 3,0% do valor do Contrato.

8.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 0,5 % a 1,5 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

8.2.4.7.1. Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, Apêndice deste TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para a Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: R\$ 492.642,00

9.4.2. custos unitários relevantes: item 1: R\$ 60,82

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Registro ou inscrição da empresa contratada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.1.2. Atestado(s) de Capacitação Técnica, operacionais, emitidos por empresas de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica, assim consideradas: apresentação de atestados que já tenha executado no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total do item 1 para o serviços de limpeza dos dutos, conforme citados no subitem 1.1 desse Termo de Referência.

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 492.642,00 (quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Brasília, __ de _____ de ____.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Não se aplica.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Não se aplica.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. São obrigações da Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
 - 3.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executas direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 3.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela Contratada;
 - 3.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da Contratada;
 - 3.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. Demandar a funcionário da Contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.

3.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

3.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

3.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 4.9. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 4.10. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 4.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimentos adequados;
- 4.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 4.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa prática, normas e legislação de regência;
- 4.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicas, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 4.19. Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 4.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 4.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 4.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 4.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 4.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 4.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 4.31. Garantir o acesso da Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 4.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 4.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

- 4.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.35. Efetuar comunicação a Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 4.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.38. Apresentar a Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.40. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 4.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.43. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 4.44. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.45. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.45.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.45.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.45.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.45.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.45.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.45.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.45.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.45.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.46. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.46.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.46.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.47. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.48. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.49. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

- 8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, _____ (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº_____/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2025

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/10/2025 às 11:35:38.

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Técnico Titular



Assinou eletronicamente em 16/10/2025 às 11:40:17.

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Estudo Técnico Preliminar 5/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.031959/2024-41

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação dos serviços de limpeza e higienização de dutos de ar-condicionado se faz necessária para garantir a adequada manutenção das instalações prediais do Ministério dos Transportes, assegurando o pleno funcionamento dos sistemas de climatização, bem como a salubridade e o conforto ambiental nas áreas de uso comum.

2.2. A prestação desse serviço é fundamental para preservar a qualidade do ar nos ambientes internos, contribuindo para a saúde e o bem-estar dos servidores, colaboradores e visitantes, além de atender às normas vigentes de saúde pública, segurança do trabalho e manutenção predial, tais como a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e às exigências da ABNT NBR 17037.

2.3. Os dutos de ar são componentes essenciais do sistema de climatização, responsáveis pela condução do ar refrigerado e ventilado aos ambientes internos. A sua manutenção preventiva e corretiva, incluindo a limpeza periódica, é indispensável para assegurar a eficiência energética do sistema, prolongar a vida útil dos equipamentos e evitar a circulação de agentes contaminantes.

2.4. A limpeza completa do sistema busca a eliminação de resíduos e poluentes, tais como fungos, bactérias, ácaros, poeira acumulada, restos de insetos e outras matérias orgânicas e inorgânicas que não são plenamente retidas pelos filtros convencionais. Tais contaminantes podem comprometer a qualidade do ar interior (QAI), provocando reações alérgicas, irritações, infecções respiratórias e outras enfermidades nos ocupantes dos ambientes.

2.5. A realização periódica e sistemática desses serviços é essencial para a prevenção de odores desagradáveis, ruídos operacionais e falhas sistêmicas, além de promover um ambiente mais seguro, saudável e funcional para servidores, colaboradores, visitantes e demais frequentadores das edificações.

2.6. Vale ressaltar, que esta é primeira contratação que será realizada para esse objeto. As limpezas que já foram realizadas por este Órgão, foram feitas pela empresa de manutenção de ar-condicionado, por meio de subcontratação em lugares pontuais.

2.7. Dito isso, a presente contratação tem por objeto a contratação de serviços de engenharia contínuos de limpeza, higienização e desinfecção nos dutos e grelhas do sistema de ar-condicionado central para atender às necessidades dos Edifícios Sede, Anexos e túnel do Bloco "R", todos localizados em Brasília – DF.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Titularidade do Imóvel

3.1. Cumpre-se informar, que os imóveis onde serão realizados os serviços estão devidamente registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, conforme segue:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", RIP nº 9701.21448.500-7;
- b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2, RIP nº 9701.21382.500-9.

Sustentabilidade

3.2. Para a execução das ações previstas neste contrato, foi consultado o **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU 7ª edição, outubro /2024**, Item 39: Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, páginas 218 a 221, que classifica as substâncias encontradas nos produtos utilizados nos sistemas de refrigeração, chromeextension://efaidnbmnmbnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf.

39. SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs, especificadas nos anexos A e B do Protocolo de Montreal (promulgado pelo Decreto nº 99.280/90), notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano.

Tais substâncias são encontradas geralmente nos seguintes produtos:

- Unidades de ar-condicionado automotivo
- Refrigeradores e congeladores
- Equipamentos e sistemas de refrigeração
- **Equipamentos e aparelhos de ar-condicionado**
- Instalações frigoríficas
- Resfriadores de água e máquinas de gelo
- Aerossóis
- Equipamentos e sistemas de combate a incêndio
- Extintores de incêndio portáteis
- Solventes
- Esterilizantes
- Espumas rígidas e semirrígidas

Etc.

(grifo nosso)

3.3. Além das observações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade dispostos nos termos do Decreto nº 2.783/1998 e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, onde é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

3.4. Tais recomendações devem ser inseridas como item nas obrigações da Contratada.

Modalidade de Licitação

3.5. De acordo com o Art. 6º, XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, os serviços a serem contratados se enquadram como serviços comuns de engenharia, devido à sua natureza repetitiva, especificações claras e procedimentos padronizados, com execução de serviços técnicos especializados, preservando as características originais das edificações, permitindo que seja contratado com facilidade e com uma base de preço previsível.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

3.5.1. Vale ressaltar que, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, os serviços a serem contratados se caracterizam como contínuos, por tratarem-se de atividades que, embora não exijam execução ininterrupta, devem ser realizadas de forma periódica e planejada, com vistas à preservação das condições técnicas e sanitárias dos sistemas de climatização das edificações públicas.

3.5.2. Tal enquadramento encontra-se respaldado nas normas técnicas da ABNT, em especial a NBR 14.679, que estabelece a obrigatoriedade de execução regular dos serviços de higienização e limpeza de dutos de ar-condicionado, recomendando sua realização com frequência mínima anual. Além disso, a Resolução RE nº 176/2000, da ANVISA, e a Lei nº 13.589/2018 determinam a adoção de medidas contínuas para manutenção da qualidade do ar interior, o que reforça a natureza recorrente e programada dessa atividade.

3.5.3. Dessa forma, a contratação dos referidos serviços em regime contínuo é a medida necessária para garantir a salubridade dos ambientes climatizados, bem como a conformidade com os padrões normativos e legais vigentes, justificando-se plenamente sua classificação como serviço de natureza continuada.

3.6. Por fim, por se tratar de serviço comum de engenharia, será aplicada a modalidade pregão, conforme Art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Regime de Execução

3.7. Os serviços serão realizados por demanda, e podem ser mensurados por unidade de medida (metro linear), cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade contratada.

3.8. O regime de execução será empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos licitantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. A execução se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos.

Critério de Julgamento

3.9. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global, ofertado pela prestação dos serviços, não podendo ser superior ao valor máximo estabelecido no Termo de Referência.

Transição contratual

3.9. Não haverá transição contratual pois não se aplica na pretensa contratação.

3.10. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

*§ 1º A extinção mencionada no inciso III do **caput** deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Participação de Consórcio

3.11. No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

3.12. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

3.13. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de Contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15º da Lei nº 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

Participação de Cooperativas

3.14. Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05 /2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

Decretos Presidenciais - Margem de Preferência

3.15. Após análise da legislação vigente e consulta ao respectivo sítio eletrônico, verificou-se a publicação do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.

3.16. E a Resolução SEGES-CICS/MGI Nº 7, de 23 de dezembro de 2024, que altera a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

3.17. Entretanto, no momento da verificação, constatou-se que não há margem de preferência definida para a contratação em questão, conforme estipulado nas diretrizes atuais.

Consulta ao Caderno de Logística - Pesquisa de Preços

3.18. Conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica>), o mesmo estabelece orientações para realização da pesquisa de preços.

3.19. Para o objeto em tela, deverão seguir as regras da IN SEGES nº 65/2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Consulta aos Cadernos de Logística para Sanções Administrativas

3.20. Ao consultar o sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/manual-sancoes-22-09.pdf> e [//www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf](https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf), os cadernos de logística encontrados não se adequam a formalística dessa pretensa contratação, haja vista estarem voltados à Lei nº 8.666/93.

3.21. Contudo, a contratação seguirá os parâmetros definidos no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/2021.

Consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras

3.22. O objeto licitatório não possui Catálogo Eletrônico de padronização de compras, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>). Cumpre-se informar que os itens padronizados que constam no catálogo são para água mineral natural sem gás, café e açúcar.

Padrões mínimos de qualidade

3.23. Os serviços deverão seguir os requisitos mínimos de qualidade estão descritos nas normas, projetos de normas, especificações e métodos de ensaios padronizados, aprovados e/ou recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. O prazo de garantia dos serviços é de 90 (noventa) dias, contados a partir do atestado de recebimento da nota fiscal pela Coordenação de Infraestrutura - COINF/COGRL.

3.24. A empresa deverá:

3.24.1 Ter responsável técnico com registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA - para atuar em sistemas de ventilação e tratamento de ar.

3.24.2 Possuir e fornecer todos os equipamentos especializados para execução adequada dos serviços de higienização requeridos.

3.24.3 Empregar mão-de-obra qualificada e assegurar que seus funcionários tenham recebido treinamento para utilizar os equipamentos e os produtos especializados necessários à execução dos serviços.

3.24.4 Obter e manter atualizados nos órgãos competentes os registros de todos os produtos químicos utilizados nos processos de higienização, juntamente com a metodologia de utilização fornecida pelo fabricante.

3.24.5. Deverá fazer inspeção visual prévia, limpeza, higienização e descontaminação dos equipamentos, dutos e grelhas, inspeção visual final, elaboração de laudo e relatório fotográfico.

Qualificação Técnica

- 3.25. Trata-se de atividade de natureza técnica especializada, que demanda conhecimentos específicos de engenharia mecânica e/ou elétrica, normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial a Resolução RE nº 9/2003, e da ABNT NBR 16401, bem como a manipulação de produtos químicos e equipamentos específicos de limpeza.
- 3.26. A exigência de qualificação técnica das empresas licitantes é medida indispensável para assegurar a capacidade de execução adequada dos serviços contratados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, arts. 67 a 70.
- 3.27. A exigência visa mitigar os riscos técnicos e sanitários envolvidos na má execução do objeto, garantindo à Administração a contratação de empresa que detenha experiência prática e domínio dos procedimentos operacionais e de segurança exigidos para o tipo de serviço.

Qualificação Econômico-Financeira

- 3.28. A exigência de qualificação econômico-financeira tem por finalidade verificar se a licitante possui condições financeiras de assumir e manter os encargos contratuais, evitando riscos de inadimplemento, descontinuidade do serviço ou necessidade de substituição contratual, o que causaria prejuízos à Administração Pública e à rotina dos edifícios atendidos.
- 3.29. Tal exigência está prevista no art. 69, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir demonstrações financeiras e outros documentos capazes de comprovar a boa situação financeira da licitante.
- 3.30. A prestação dos serviços de limpeza de dutos envolve, além de mão de obra técnica especializada, o uso de equipamentos, insumos, medidas de segurança. Tais particularidades podem gerar custos significativos ao longo da execução contratual.
- 3.31. Dessa forma, torna-se imprescindível que a Contratada detenha solidez econômico-financeira que lhe permita suportar essas obrigações, minimizando o risco de interrupções, inadimplemento contratual ou eventual abandono da execução.
- 3.32. Tais medidas são proporcionais à natureza do objeto e compatíveis com os riscos envolvidos, sendo fundamentais para mitigar riscos financeiros e assegurar a continuidade dos serviços essenciais à saúde ambiental dos espaços climatizados.

Projeto Básico e Projeto Executivo

- 3.33. As especificações técnicas contempladas neste estudo, bem como no Termo de Referência, serão suficientes em termos técnicos e operacionais para a execução e dimensionamento da contratação, não sendo necessário a elaboração do Projeto Básico.
- 3.34. A elaboração do Projeto Executivo não se faz necessário, visto que não há complexidade na execução do objeto em tela, possuindo especificações suficientes para entrega dos serviços, conforme disposto no art. 18, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Curva ABC

- 3.35. Visto que a contratação será de item único, não se faz necessário a elaboração da curva ABC.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura	Ana Luiza de Melo Magalhães

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica e mercadológica da contratação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos equipamentos, dutos e grelhas do sistema de climatização central das edificações sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, foi realizado levantamento de mercado com foco na identificação de fornecedores, práticas correntes, parâmetros técnicos e preços praticados no setor.
- 5.2. Verificou-se que o mercado apresenta oferta restrita, devido à especialização necessária para a execução do objeto. As empresas aptas a prestar este tipo de serviço devem estar capacitadas técnica e operacionalmente, respeitando rigorosamente as normas técnicas vigentes e requisitos sanitários, como:

- NBR 13.971 - Manutenção de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento;
- NBR 14.679 - Sistemas de condicionamento de ar e ventilação - Execução de serviços de higienização;
- Resolução RE 176/2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e
- Lei nº 13.589/2018 - Manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.

5.3. A metodologia usualmente empregada pelas empresas especializadas inclui:

- Inspeção preliminar visual e técnica dos sistemas;
- Registro por vídeo (filmagem interna) da situação dos dutos antes e depois da limpeza;
- Isolamento das seções de trabalho para evitar dispersão de partículas;
- Utilização de equipamentos de aspiração com filtros HEPA (alta eficiência para partículas de ar);
- Escovação mecânica automatizada ou semiautomatizada;
- Aplicação de produtos bactericidas e fungicidas homologados pela ANVISA, por meio de nebulização, atomização ou aspersão; e
- Emissão de relatório técnico com evidências fotográficas e/ou audiovisuais da execução, conforme exigências normativas.

5.4. A equipe de planejamento realizou consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por meio do sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br, utilizando as funcionalidades “Consulta Licitações do Governo Federal” e “Atas/Anexos”, bem como análise de contratações anteriores semelhantes. Foram identificadas quatro contratações públicas com escopo similar, conforme segue:

5.4.1. Dispensa de Licitação nº 419/2025 - (Lei nº 14.133/2021) - Município de Joviania, Fundo Municipal de Saúde de Joviania.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço técnico especializado em montagem, desmontagem, limpeza e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, e janela, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários.

5.4.2. Pregão Eletrônico nº 90001/2025 - (Lei nº 14.133/2021) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de conserto, reparo e manutenção (preventiva e corretiva), higienização, e instalação/desinstalação dos condicionadores de ar, modelo split, sob demanda, dos edifícios da Superintendência do IBAMA/CE e do Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS/CE, incluindo o fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e peças de reposição que se fizerem necessário.

5.4.3. Sistema de Registro de Preço o nº 27/2024 - (Lei nº 14.133/2021) - Fundo Municipal de Saúde do Município de Marilândia do Sul.

Objeto: Sistema Registro de Preços, consignado em ata, Contratação de empresa especializada para instalação, desinstalação, remanejamento, higienização e limpeza do sistema, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado (incluso as peças), para o Fundo Municipal de Saúde do município de Marilândia do Sul, PR.

5.4.4. Pregão Eletrônico nº 90011/2024 - (Lei nº 14.133/2021) - Ministério da Justiça - DF.

Objeto: Contratação de serviços contínuos das demandas de análise e tratamento químico e microbiológico de água e limpeza de dutos do sistema de climatização central, bem como da análise da qualidade do ar dos equipamentos de climatizações instalados nas edificações do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP em Brasília/DF.

5.. As contratações analisadas demonstram a viabilidade mercadológica do objeto proposto, ainda que se observe diversidade nos escopos e métodos empregados. Contudo, a contratação específica de limpeza de dutos de climatização central também foi identificada, reforçando a existência de empresas qualificadas para sua execução.

5.6. Também foi realizada a análise de soluções viáveis para a forma de contratação, conforme apresentado a seguir:

SOLUÇÃO 01	
Descrição	Contratação por meio de Dispensa Eletrônica.
Possível fornecedor	Empresas que possuam equipamentos específicos para realização dos serviços.
Análise da Solução	Esta solução se mostra inviável para a contratação em tela, visto que valor previsto é superior ao permitido, inviabilizando esta solução .
SOLUÇÃO 02	
Descrição	Contratação por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP.
Possível fornecedor	Empresas que possuam equipamentos específicos para realização dos serviços.
Análise da Solução	Esta solução se mostra viável para a contratação em tela, no entanto, devido a natureza do objeto é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, nesse sentido, a presente contratação não se enquadra nas hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, inviabilizando esta solução .
SOLUÇÃO 03	

Descrição	Contratação por meio de Pregão Eletrônico.
Possível fornecedor	Empresas que possuam equipamentos específicos para realização dos serviços.
Análise da Solução	Esta solução se mostra viável para a contratação em tela, devido a natureza do objeto, é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, enquadrando-se nos requisitos desta contratação, viabilizando esta solução .

5.7. Diante disso, restou evidenciado que a solução mais adequada à contratação pretendida é a utilização do Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por ser compatível com a natureza do objeto, a previsibilidade dos quantitativos e a dinâmica do mercado fornecedor. Ademais, a metodologia de execução dos serviços adotada nesta contratação encontra-se alinhada com as práticas amplamente consolidadas no setor, sendo respaldada pelas normas da ABNT (como a NBR 14.679) e exigida em diversas contratações públicas similares. Trata-se, portanto, de procedimento padronizado no mercado especializado, garantindo segurança técnica, eficiência e conformidade regulatória.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O Ministério dos Transportes passou a ser responsável pela gestão condominial dos Edifícios Sede e Anexo, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, conforme estabelecido no Termo de Compartilhamento, processo nº 50000.004218/2021-44. Os órgãos clientes e ocupantes das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes são: o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), o Ministério das Comunicações (MCOM) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

6.2. A Gestão Condominial tem a responsabilidade da prestação de serviços coletivos e essenciais como: limpeza, vigilância, brigada, recepção, copa, reparos, adequações e adaptações e todas as manutenções das edificações (predial, elevadores, climatização), necessária para garantir o bom funcionamento das edificações.

6.3. Com base neste cenário, o dimensionamento da contratação visa atender o Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, para toda a edificação.

6.4. O presente instrumento tem o objetivo estabelecer as condições e diretrizes gerais necessárias para a execução dos serviços para a limpeza, higienização e desinfecção dos equipamentos, dutos e grelhas do sistema de climatização.

Características do Sistema de Refrigeração

6.5. Edifício Sede

6.5.1. Central de Água Gelada (CAG):

- 02 unidades de Chillers tipo parafuso, marca YORK, 350TR cada;
- 06 unidades de torres de resfriamento; e
- Bombas de água gelada e condensada.

6.5.2. Subsolo:

- 05 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 05 unidades de Split;
- 02 unidades de Piso-Teto;
- 04 unidades de ACJ.

6.5.3. Mezanino:

- 04 unidades de Split;
- 06 unidades de ACJ.

6.5.4. Térreo:

- 02 unidades de Self-Contained, COLDX, 15TR cada;
- 14 unidades de Split;
- 07 unidades de Piso-Teto.

6.5.4. 1º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 12 unidades de Split;
- 02 unidades de Cassete.

6.5.5. 2º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 08 unidades de Split;
- 02 unidades de Piso-Teto.

6.5.6. 3º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 03 unidades de Split;
- 02 unidades de Cassete.

6.5.7. 4º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 04 unidades de Split.

6.5.8. 5º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 02 unidades de Split;
- 04 unidades de Cassete;
- 02 unidades de Piso-Teto.

6.5.9. 6º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 07 unidades de Split;
- 07 unidades de Cassete;
- 02 unidades de ACJ.

6.5.10. 7º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 03 unidades de Cassete;
- 06 unidades de Split.

6.5.11. 8º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 01 unidade de Cassete;
- 07 unidades de Split.

6.5.12. 9º Andar:

- 04 unidades de Fan-Coils, YORK, 18TR cada;
- 04 unidades de Cassete;
- 16 unidades de Split.

6.6. Edifício Anexo

6.6.1. Central de Água Gelada (CAG):

- 02 unidades de Chillers tipo parafuso, marca TRANE, 350TR cada;
- 02 unidades de torres de resfriamento; e
- Bombas de água gelada e condensada.

6.6.2. Subsolo:

- 02 Motores de Ventilação Forçada;

6.6.3. Térreo:

- 09 unidades de Fan-Coils, TRANE - WDPA, 15TR cada;

6.6.4. 1º Andar:

- 10 unidades de Fan-Coils, TRANE - WDPA, 15TR cada;

6.6.5. 2º Andar:

- 10 unidades de Fan-Coils, TRANE - WDPA, 15TR cada;

6.6.6. 3º Andar:

- 10 unidades de Fan-Coils, TRANE - WDPA, 15TR cada;

6.6.7. 4º Andar:

- 10 unidades de Fan-Coils, TRANE - WDPA, 15TR cada;

6.7. Túnel

6.7.1. 02 unidades de Self-Contained, 7,5 TR cada.

Características dos Dutos

6.8. Edifício Sede

- Estimado em **2.400m** de dutos à serem limpos;
- **Subsolo:** Dutos helicoidais de formato giroval e dutos convencionais de formato quadrado/retangular;
- **Térreo:** Dutos helicoidais de formato giroval;
- **1º Andar:** Dutos helicoidais de formato giroval e dutos convencionais de formato quadrado/retangular;
- **2º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular;
- **3º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular;
- **4º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular;
- **5º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular e dutos convencionais com flexíveis na área do gabinete;
- **6º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular;
- **7º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular;
- **8º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular dutos convencionais com flexíveis no hall dos elevadores;
- **9º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular.

6.9. Edifício Anexo

- Estimado em **5.500m** de dutos à serem limpos;
- **Subsolo:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular;
- **1º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular + flexíveis;
- **2º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular + flexíveis;
- **3º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular + flexíveis;
- **4º Andar:** Dutos convencionais de formato quadrado/retangular + flexíveis;

6.10. Túnel

- Estimado em **200m** de dutos;
- Dutos convencionas de formato quadrado/retangular + flexíveis.

Serviços Preliminares

6.11. Após a assinatura do contrato e a emissão da Ordem de Serviços, a Contratada deverá fazer uma inspeção prévia da situação interna e externa dos equipamentos, dutos de insuflamento, retorno e ar exterior, bem como os demais componentes do sistema de climatização. Tal inspeção deverá ser gravada em arquivo digital, em formato acessível e colorido, e entregue uma cópia para a Equipe de Fiscalização dos Serviços.

6.12. A Contratada deverá realizar os devidos isolamentos e proteção para integridade dos usuários, transeuntes e materiais (patrimoniados ou não), bem como sinalizações necessárias no perímetro da execução dos serviços.

Requisitos de Limpeza

6.14. Os equipamentos de split, piso teto, cassete e ACJ, deverão:

- 6.14.1. Ser desligados;
- 6.14.2. Instalar o saco de lavagem a unidade evaporadora para limpeza no local;
- 6.14.3. Limpar a unidade interna;
- 6.14.4. Retirar e lavar os filtros ou substituí-los;
- 6.14.5. Higienizar as abas de distribuição do ar;
- 6.14.6. Realizar a higienização da serpentina ou parte interna do equipamento com o jato de alta pressão;

- 6.14.7. Borrifar limpador bactericida na parte de trás;
- 6.14.8. Higienizar a linha de dreno;
- 6.14.9. Fazer a reposição de gás;
- 6.14.10. E demais serviços que se fizerem necessários para garantir a limpeza e higienização dos equipamentos.
- 6.15. Para os equipamentos, dutos, grelhas e demais acessórios da climatização Central:
- 6.15.1. A limpeza mecânica deverá ser à seco nas superfícies internas expostas ao fluxo de ar dos dutos principais, secundários e ramis do sistema de climatização;
- 6.15.2. A limpeza mecânica deverá ser feita por etapas, ou seja, por trechos de dutos;
- 6.15.3. Cada trecho de duto que passar pelo processo de limpeza, deverá ser isolado, de forma a não permitir a passagem de poeira e resíduos para os trechos adjacentes;
- 6.15.4. Os trechos da mesma linha, deverão ser limpos de forma sequencial e no sentido do fluxo de ar;
- 6.15.5. A limpeza deverá ser feita por escovas giratórias, com movimento controlado, com registro visual em tempo real e iluminação adequada;
- 6.15.6. As escovas deverão ter a dureza e tamanho adequado para remoção da sujidade encontrada e compatível com as dimensões dos dutos;
- 6.15.7. Deverão ser instalados na extremidade de cada duto sistema de aspiração de alta potência adaptado ao sistema de filtros de forma a coletar e acondicionar a sujidade removida pelas escovas, sem permitir que os resíduos contamine o ambiente circundante ou as instalações físicas do local;
- 6.15.8. Deverão ser limpos os difusores, grelhas, dampers, bandejas e demais componentes do sistema de climatização, bem como a aplicação de produto que evite a proliferação de bactérias e fungos;
- 6.15.9. Os produtos químicos (bactericidas e/ou fungicidas e/ou inseticidas) a serem utilizados deverão estar devidamente aprovados pelas autoridades competentes no Brasil, não sendo classificados como tóxicos ou nocivos;
- 6.15.10. É vedado o uso de descontaminantes líquidos no interior dos dutos;
- 6.15.11. Nos trechos em que eventualmente for constatada a presença de gorduras ou graxas deverá ser aplicado produto químico adequado à sua remoção, garantindo a não contaminação química do ambiente através da remoção completa dos resíduos do produto utilizado;
- 6.15.12. A empresa deverá fazer a reconstituição de pintura, gesso, isolamento térmico, duto, alvenaria e todos e quaisquer serviços da construção civil que se fizerem necessários para o bom desempenho e descontaminação dos sistema, bem como, a retirada de entulho e limpeza;
- 6.15.13. O mobiliário e equipamentos, pertencentes aos ambientes que forem realizados os serviços, deverão ser protegidos;
- 6.15.14. E demais serviços que se fizerem necessários para garantir a limpeza e higienização dos equipamentos e ambientes.
- 6.16. A Contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de modo a contemplar os serviços e a metragem de execução conforme análise realizada. A ART será apresentada para a equipe de fiscalização.

Serviços Finais

- 6.17. A Contratada se responsabilizará por quaisquer danos realizados na execução dos serviços, bem como limpeza do ambiente após o término dos serviços.
- 6.18. A Contratada deverá fazer a inspeção final após o término da limpeza e higienização da situação interna e externa dos equipamentos. A inspeção deverá ser gravada em arquivo digital, em formato acessível e colorido, e entregue uma cópia para a Equipe de Fiscalização dos Serviços.
- 6.19. Para cada Ordem de Serviços emitida, depois de executar os serviços solicitados, a Contratada deverá fornecer os registros fotográficos e filmagens à equipe de fiscalização em formato acessível e colorido do "antes x depois".
- 6.20. A entrega e finalização da Ordem de Serviços será formalizada após a entrega do relatório técnico, assinado pelo responsável técnico, emissor da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 6.21. Todas as dúvidas e orientações serão tratadas em conjunto com a equipe de fiscalização responsável pelo contrato.

Base Normativa

- 6.22. Conformidades normativas e legais de parametrização.

- 6.22.1. Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde (MS).
- 6.22.2. NBR 13971 - Manutenção de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento.
- 6.22.3. NBR 14679 - Sistemas de condicionamento de ar e ventilação - Execução de serviços de higienização.
- 6.22.4. NBR 15848 - Sistemas de condicionamento de ar e ventilação - Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interno.
- 6.22.5. NBR 17037 - Qualidade de ar interior em ambientes não residenciais climatizados artificialmente - Padrões referenciais.
- 6.23. É importante destacar que as normas mencionadas anteriormente não exigem a responsabilidade de cumprir outras normas e legislações em vigor que se apliquem ao escopo em questão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. Para fins de dimensionamento da contratação, foi realizada a estimativa das quantidades de serviços necessários para atender de forma adequada às demandas do Bloco "R", abrangendo a limpeza, higienização e desinfecção dos equipamentos, dutos e grelhas que compõem o sistemas de climatização central das edificação sob responsabilidade do Ministério dos Transportes.
- 7.2. A estimativa foi elaborada com base em levantamento técnico prévio, realizado in loco pela equipe de engenharia e manutenção predial, considerando-se as características físicas das edificações e a extensão dos sistemas de climatização instalados. A memória de cálculo utilizada para a consolidação das quantidades encontra-se como anexo deste Estudo, onde demonstra o quantitativo estimado dos dutos nas edificações.
- **Edifício Sede:** Estimativa de 2.400 metros lineares de dutos a serem limpos;
 - **Edifício Anexo:** Estimativa de 5.500 metros lineares de dutos a serem limpos; e
 - **Túnel de Conexão:** Estimativa de 200 metros lineares de dutos a serem limpos.
- 7.3. Ressalta-se que os quantitativos acima representam a melhor estimativa possível com base nas informações atualmente disponíveis, e poderão ser ajustados conforme as necessidades operacionais verificadas no decorrer da execução contratual, respeitados os limites legais e contratuais vigentes.
- 7.4. Abaixo, temos o resumo da estimativa dos quantitativos:

Item	Descrição	Catser	Unidade de medida	Quantidade
01	Serviços de limpeza, higienização e desinfecção do sistema de climatização central.	2771	m	8.100

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 492.642,00

- 8.1. O procedimento para estimativa do valor da contratação, constante neste Estudo Técnico Preliminar, seguiu inicialmente as diretrizes estabelecidas no Caderno de Logística - Pesquisa de Preços (2024), conforme preconizado pelo Portal de Compras do Governo Federal, e buscou observar prioritariamente a metodologia prevista no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que trata da utilização de sistemas referenciais oficiais de preços, como as tabelas do SINAPI, SICRO e outros bancos de dados mantidos pela Administração Pública.
- 8.2. No entanto, não foi possível localizar os serviços pretendidos nas referidas tabelas referenciais, em razão da natureza específica e técnica do objeto. Diante desse cenário, a Administração adotou a metodologia subsidiária prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, em conjunto com as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que regulamenta a pesquisa de preços no âmbito das contratações públicas.
- 8.3. Ressalta-se que, conforme previsto no próprio Caderno de Logística, a elaboração da estimativa de valores nesta fase do ETP possui caráter preliminar e visa, essencialmente, subsidiar a análise de viabilidade econômica da solução indicada. Ainda que não seja obrigatória a observância integral da IN nº 65/2021 neste momento, sua aplicação foi considerada pertinente para assegurar maior robustez à estimativa.
- 8.4. Assim, o valor estimado da contratação foi apurado por meio da média simples dos valores obtidos em consulta a dois contratos firmados anteriormente pela Administração Pública, que envolveram objeto de mesma natureza, e três propostas comerciais obtidas junto aos fornecedores do setor. Este levantamento de mercado permitiu consolidar uma estimativa coerente com os preços praticados atualmente.
- 8.5. Informa-se que foi realizado a simulação dos preços globais com base nos dois cenários - custos "desonerados" (acrescido o percentual da CPRB no BDI) versus custos "não desonerados" (excluído o percentual da CPRB no BDI) para justificar a opção mais vantajosa para Administração. Segue abaixo, simulação comparando os dois cenários.

--

COMPOSIÇÃO BDI	
(SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO CUMULATIVA E DESONERADA)	
AC - Administração Central	4,00%
S + G - Seguros e Garantias	0,80%
R - Riscos	1,27%
DF - Despesas Financeiras	1,23%
L - Lucro Bruto	7,40%
I - Tributos sobre faturamento	9,25%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	3,60%
BDI= {[(1+AC)*(1+(S+G))*(1+R)*(1+DF)*(1+L)] / (1-I)}-1}100	
BDI SERVIÇOS	27,19%

COMPOSIÇÃO BDI	
(SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO CUMULATIVA E NÃO DESONERADA)	
AC - Administração Central	4,00%
S + G - Seguros e Garantias	0,80%
R - Riscos	1,27%
DF - Despesas Financeiras	1,23%
L - Lucro Bruto	7,40%
I - Tributos sobre faturamento	5,65%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	0,00%
BDI= {[(1+AC)*(1+(S+G))*(1+R)*(1+DF)*(1+L)] / (1-I)}-1}100	
BDI SERVIÇOS	22,33%

8.6. Dito isso, constatou-se que a opção mais vantajosa foi o custo "não desonerado", resultando no percentual do BDI de 22,33%.

8.7. Vale ressaltar que, para a pesquisa realizada, foi aplicado o percentual de BDI aos valores obtidos a partir da consulta a dois contratos firmados pela Administração Pública. No caso das cotações junto aos fornecedores, verificou-se que as propostas já contemplam tanto os custos diretos quanto os indiretos.

8.8. Diante do exposto, após a pesquisa de preços preliminar que esta Coordenação realizou, estima-se que a contratação terá o custo total de **R\$ 492.642,00 (quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais)**, conforme resumo demonstrado abaixo:

Item	Descrição	Catser	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviços de limpeza, higienização e desinfecção do sistema de climatização central.	2771	m	8.100	60,82	492.642,00
Valor Total						492.642,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2. Pela característica do objeto, os serviços de limpeza higienização e desinfecção nos dutos e grelhas do sistema de ar-condicionado central, a contratação será realizada em item único, e não é aplicável parcelamento da solução.

9.3. Vale destacar que a formalística citada nos itens supracitados já é amplamente utilizada no âmbito do serviço público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico (2024-2027) do Ministério dos Transportes, conforme informações divulgadas na página "Portal da Estratégia":

- (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/planejamento-estrategico-2024-2027/planejamento-estrategia>)
- (https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/elogroup_mt-plano-estrategico_ministerio-dos-transportes-2024.pdf).

11.2. Ainda, a contratação em tela está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério dos Transportes, que foi divulgado no link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/arquivos-2025/plano-de-logistica-sustentavel-pls-versao-final.pdf>. Após conclusão do Plano, constatou-se que contratação deverá seguir os objetivos previstos no "Eixo Temático 1 - Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços."

11.3. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, do exercício 2025, por meio do Identificador da Futura Contratação: 390004-73 /2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Os benefícios esperados são:

- Os dutos sujos podem acumular poeira, fungos, bactérias e outros microrganismos, que são liberados no ar quando o ar condicionado está em funcionamento. A limpeza ajuda a eliminar essas impurezas, resultando em um ambiente mais saudável e livre de alergias respiratórias;
- A remoção de agentes patogênicos e alérgenos nos dutos pode prevenir problemas respiratórios, como asma, rinite alérgica, e outras doenças respiratórias;
- Com os dutos limpos, o ar condicionado funciona de maneira mais eficiente, exigindo menos esforço para manter a temperatura desejada. Isso pode resultar em uma economia significativa nos gastos de energia elétrica;
- A sujeira acumulada nos dutos pode afetar o desempenho do sistema de ar condicionado, podendo até causar danos a longo prazo. A limpeza dos dutos ajuda a aumentar a vida útil do equipamento; e
- Ainda, o cumprimento das normas de saúde e segurança, onde convém manter os dutos de ar condicionado limpos por ser uma exigência para o cumprimento das normas de saúde e segurança no ambiente de trabalho.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. As limpezas serão realizadas de forma planejada de modo a não comprometer as atividades do Ministério dos Transportes e demais órgãos instalados nas edificações em comento. Os locais dos serviços serão isolados pela Contratada e fiscalizados pela Contratante.

13.2. Será necessário o planejamento para liberação de áreas onde serão executados os serviços, necessitando de apoio das unidades de logística e de infraestrutura.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos ambientais são:

- O processo de limpeza pode gerar resíduos, como poeira, sujeira, fungos e bactérias removidos dos dutos. Se não forem descartados de maneira adequada, esses resíduos podem causar impactos negativos no meio ambiente, especialmente se tiverem substâncias químicas ou biológicas nocivas.
- Em alguns casos, a limpeza dos dutos pode exigir grandes quantidades de água, além do uso de produtos químicos para desinfecção e remoção de sujeira. Caso os produtos químicos não sejam biodegradáveis ou sejam mal descartados, podem contaminar o solo ou a água.

14.2. Embora existam alguns impactos ambientais negativos potenciais associados à limpeza de dutos de ar condicionado, esses podem ser mitigados com a escolha de práticas mais ecológicas e responsáveis. O benefício mais significativo é a melhoria na eficiência energética e na qualidade do ar, que pode resultar em um impacto ambiental positivo, especialmente se for parte de uma estratégia maior de sustentabilidade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a presente contratação se mostra viável do ponto de vista técnico. Outrossim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, bem como a sua necessidade e adequação à realidade do Ministério dos Transportes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/10/2025 às 11:21:22.

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Técnico Titular



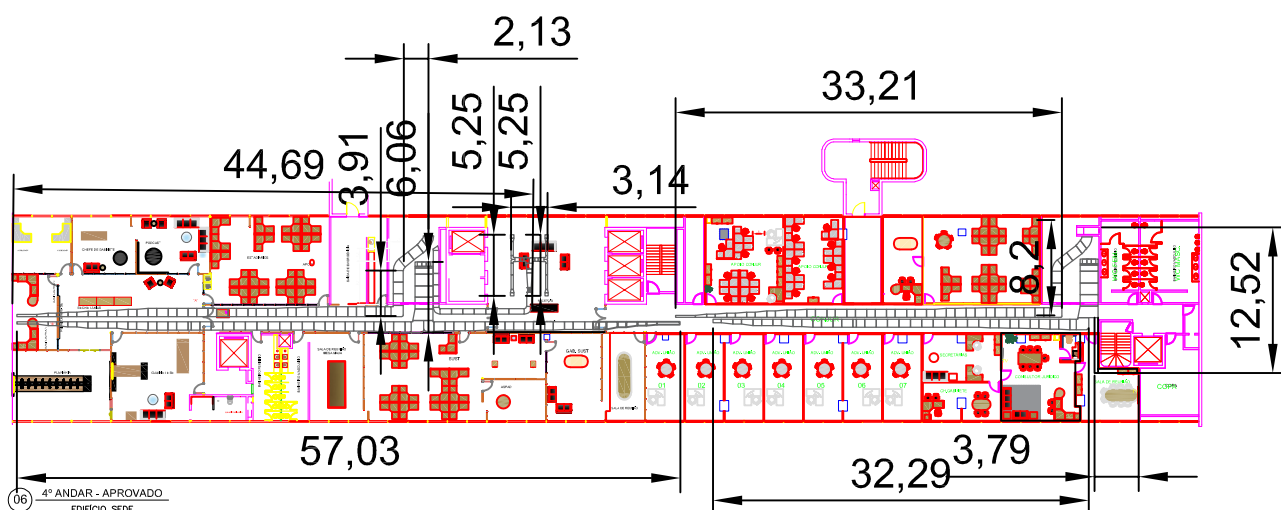
Assinou eletronicamente em 15/10/2025 às 16:46:47.

CATIA ROBERTA JULIO

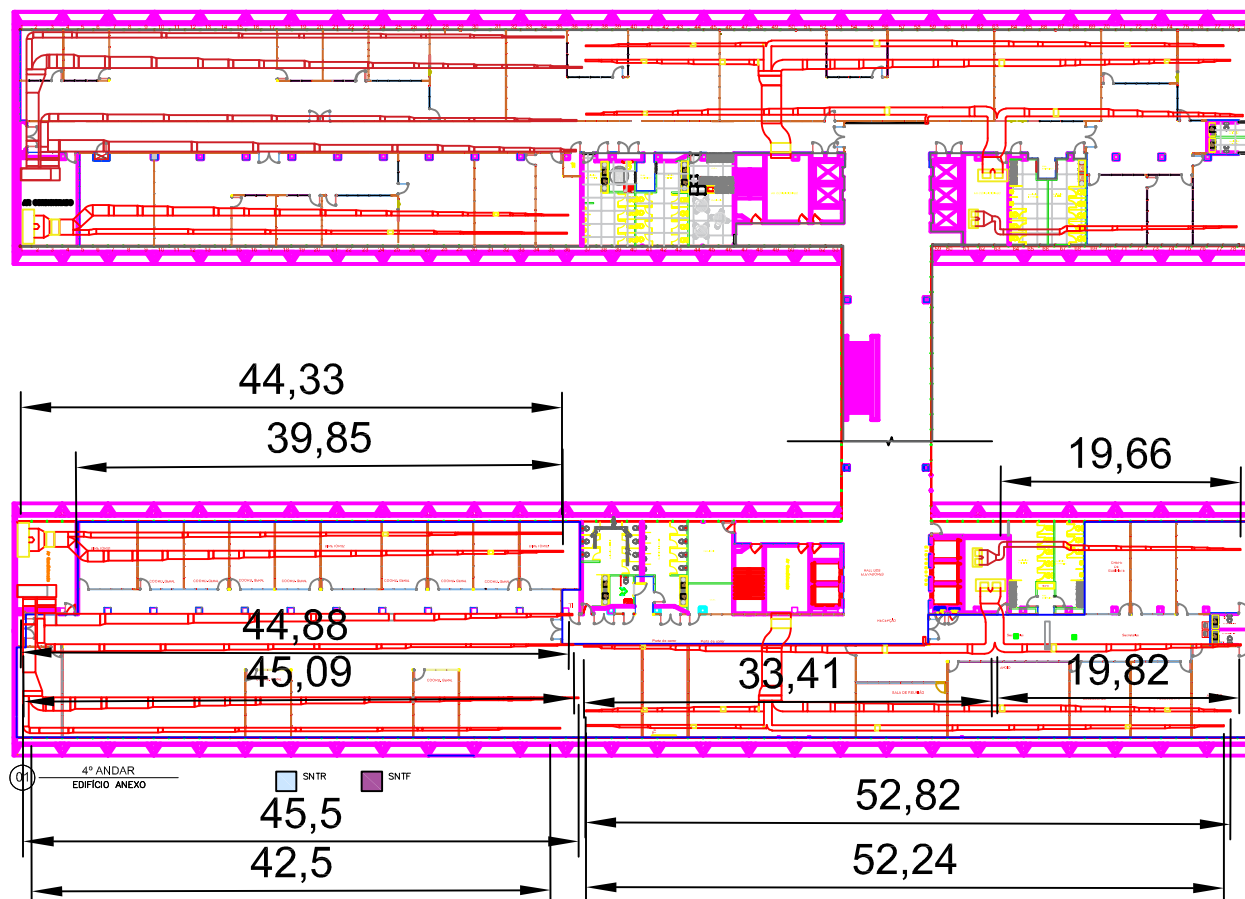
Integrante Administrativo Titular



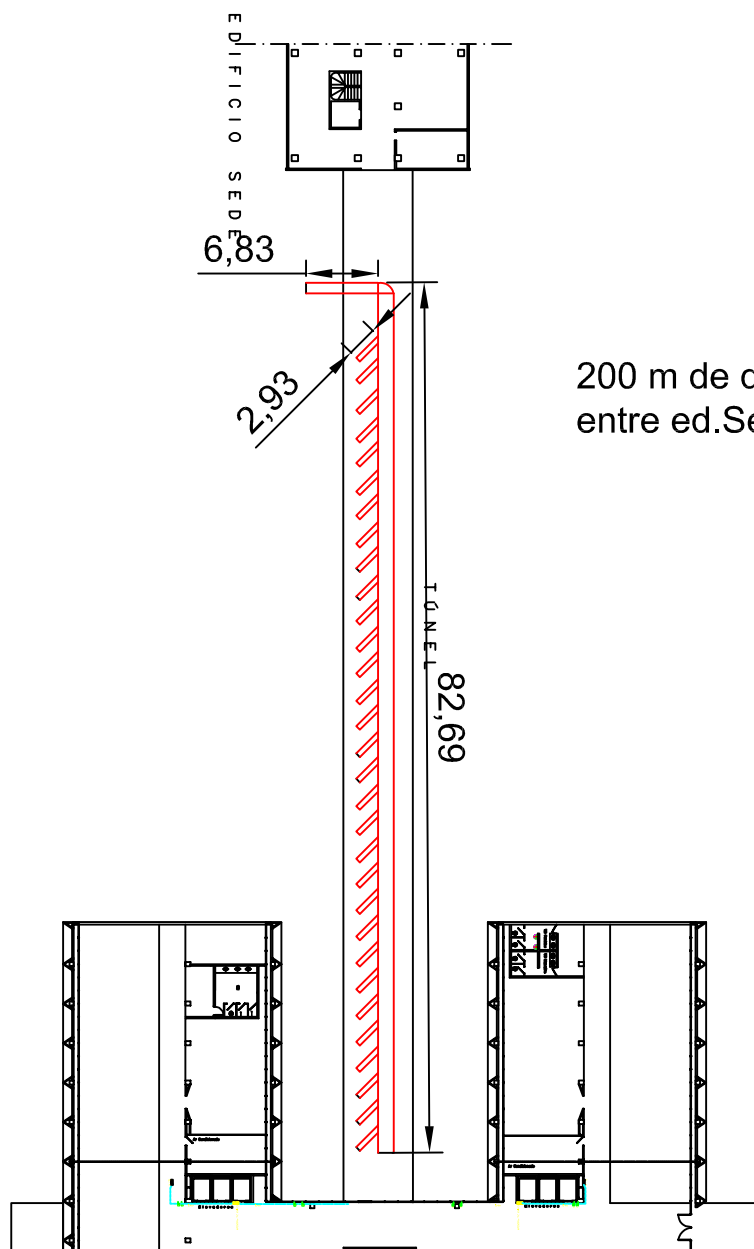
Assinou eletronicamente em 16/10/2025 às 09:36:39.



217,47m de dutos por andar.
Total estimado de 2.400m para os 11 andares do ed. Sede.



500 m de dutos por ala e total de 1.000m de dutos por andar.
 Foi considerado um total de 5.500 m para o ed.anexo
 contabilizando 10 andares e um residual aos dutos de
 ventilação forçada que atende a metade do subsolo.
 A metragem de dutos de cada ala do andar é similar.



200 m de dutos no Túnel de ligação
entre ed.Sede e Anexo.

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Nº PROCESSO: 50000.031959/2024-41

OBJETO: Contratação de serviços de engenharia contínuos de limpeza, higienização e desinfecção nos dutos e grelhas dos sistemas de ar-condicionado central para atender às necessidades dos Edifícios Sede, Anexos e túnel do Bloco "R", bem como do SGON I e II, todos localizados em Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A **ausência** deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
SUMÁRIO.....	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	5
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	5
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	5
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	5
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	6
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	7
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	7
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	8
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	9
7. CUSTOS DIRETOS	9
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	10
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	11
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	11
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	12
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	12
13. PROJETO EXECUTIVO	13
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	13
15. VISTORIA	16
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	17
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	17
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	17
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	18

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	18
21. DA SUSTENTABILIDADE	19
NOTAS EXPLICATIVAS	Erro! Indicador não definido.
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	Erro! Indicador não definido.
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	Erro! Indicador não definido.
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	Erro! Indicador não definido.
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
2.1. Empreitada por Preço Unitário	Erro! Indicador não definido.
2.2. Empreitada por Preço Global.....	Erro! Indicador não definido.
2.3. Empreitada Integral	Erro! Indicador não definido.
2.4. Contratação Por Tarefa	Erro! Indicador não definido.
2.5. Contratação Integrada	Erro! Indicador não definido.
2.6. Contratação Semi-Integrada	Erro! Indicador não definido.
2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado	Erro! Indicador não definido.
2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes.....	Erro! Indicador não definido.
3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	Erro! Indicador não definido.
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	Erro! Indicador não definido.
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS	Erro! Indicador não definido.
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	Erro! Indicador não definido.
7. CUSTOS DIRETOS	Erro! Indicador não definido.
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	Erro! Indicador não definido.
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	Erro! Indicador não definido.
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.	Erro! Indicador não definido.
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	Erro! Indicador não definido.
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Erro! Indicador não definido.
13. PROJETO EXECUTIVO	Erro! Indicador não definido.
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	Erro! Indicador não definido.
15. VISTORIA	Erro! Indicador não definido.
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO ...	Erro! Indicador não definido.
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	Erro! Indicador não definido.
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	Erro! Indicador não definido.
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
21. DA SUSTENTABILIDADE	Erro! Indicador não definido.

- 21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade . **Erro! Indicador não definido.**
- 21.2. Da Especificação Técnica **Erro! Indicador não definido.**
- 21.3. Da Minimização do Impacto **Erro! Indicador não definido.**
- 21.4. Licenciamento Ambiental **Erro! Indicador não definido.**
- 21.5. Dos Resíduos e Rejeitos **Erro! Indicador não definido.**
- 21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal..... **Erro! Indicador não definido.**
- 21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos **Erro! Indicador não definido.**
- 21.8. Da Acessibilidade **Erro! Indicador não definido.**

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (**X**) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (**X**) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

De acordo com o Art. 6º, XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, os serviços a serem contratados se enquadram como serviços comum de engenharia, devido à sua natureza repetitiva, especificações claras e procedimentos padronizados, com execução de serviços técnicos especializados, preservando as características originais das edificações, permitindo que seja contratado com facilidade e com uma base de preço previsível.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

Por fim, por se tratar de serviço comum de engenharia, será aplicada a modalidade pregão, conforme Art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

[Vide Nota Explicativa n. 1.](#)

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- (X) empreitada por preço unitário
- () empreitada por preço global
- () empreitada integral
- () contratação por tarefa
- () contratação integrada
- () contratação semi-integrada
- () fornecimento e prestação de serviço associado

O regime de execução será empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos licitantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. A execução se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico (X) NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

As especificações técnicas contempladas no Estudo Técnico Preliminar, bem como no Termo de Referência, serão suficientes em termos técnicos e operacionais para a execução e dimensionamento da contratação, não sendo necessário a elaboração do Projeto Básico.

[Vide Nota Explicativa n. 2.](#)

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, (☐) arquitetura ou (☐) técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, (☐) RRT ou (☐) TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, (☐) **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte **justificativa**:

[Vide Nota Explicativa n. 3.](#)

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(☒) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(☐) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, () FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

[Vide Nota Explicativa n. 4.](#)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

() foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

(**X**) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

[Vide Nota Explicativa n. 5.](#)

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(**X**) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 6.](#)

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (**X**) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(**X**) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou (**X**) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(X) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Não haverá previsão de CFF, pois os serviços serão executados por meio de ordem de serviços.

[Vide Nota Explicativa n. 7.](#)

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e () SERVIÇOS.

(X) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos (X) SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

Visto que a contratação será de item único, não se faz necessário a elaboração da curva ABC.

[Vide Nota Explicativa n. 8.](#)

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (☐) DESONERADOS ou (☒) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

[Vide Nota Explicativa n. 9.](#)

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Seguro e garantia: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Risco: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Despesa financeira: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Lucro: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 10.](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (**X**) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Não houve previsão de materiais e equipamentos.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 11.](#)

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

() FOI juntado aos autos

(**X**) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

() DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 12.](#)

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(X) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (X) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

[Vide Nota Explicativa n. 13.](#)

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao () CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Considerando que os serviços objeto desta contratação devem observar as normas regulamentadoras aplicáveis, tais como as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho (NRs), conforme detalhado no subitem 6.22 do Estudo Técnico Preliminar, justifica-se a exigência de qualificação técnica específica das licitantes. Tal exigência tem por objetivo assegurar que as empresas participantes possuam a experiência e a capacitação necessárias para a execução dos serviços em estrita conformidade com os parâmetros legais e técnicos vigentes. Dessa forma, busca-se

garantir a segurança dos trabalhadores, a qualidade dos serviços prestados e a plena observância das normas que regulam a atividade, prevenindo riscos e eventuais responsabilidades para a Administração Pública.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(☒) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

(☒) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

Atestado(s) de Capacitação Técnica, operacionais, emitidos por empresas de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica, assim consideradas: apresentação de no mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total do ITEM 1 para o fornecimento e instalação das torres de resfriamento, conforme citados no subitem 1.1 do Termo de Referência.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO ou (☐) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Tal flexibilização se justifica pelo fato de que a execução dos serviços em contratos distintos, com escopos e características técnicas compatíveis, revela a real capacidade da empresa em atender à demanda contratual. Ao permitir o somatório, amplia-se a competitividade do

certame, respeitando o princípio da isonomia, sem comprometer a aferição da qualificação técnica necessária para a execução adequada do objeto.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

(☒) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(☐) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

(☐) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

[Vide Nota Explicativa n. 14.](#)

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (**X**) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (**X**) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

[Vide Nota Explicativa n. 15.](#)

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (☒) NÃO ADMITIU ou (☐) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Visto que a contratação trata-se de item único, resultando na parcela de maior relevância da contratação, não será admitida a subcontratação destes serviços.

[Vide Nota Explicativa n. 16.](#)

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (☐) CAPITAL MÍNIMO ou (☒) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 5% (cinco) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Quanto à qualificação econômico-financeira, verificou-se que o objeto da presente contratação demanda a adoção de critérios objetivos para aferição da capacidade da futura contratada de arcar com os encargos decorrentes da execução contratual. A exigência se fundamenta na necessidade de avaliar se a empresa participante possui estrutura financeira suficiente para honrar os compromissos assumidos, garantindo a continuidade e a adequada prestação dos serviços.

[Vide Nota Explicativa n. 17.](#)

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

(☐) PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(☒) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta

complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de Contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15º da Lei nº 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

[Vide Nota Explicativa n. 18.](#)

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (**X**) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

[Vide Nota Explicativa n. 19.](#)

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (**X**) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

A exigência de garantia para a execução do contrato tem como objetivo assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, protegendo a Administração Pública contra eventuais riscos de inadimplemento total ou parcial do contrato, especialmente em

contratações que envolvem serviços especializados e de impacto direto sobre a saúde e o bem-estar dos usuários.

No caso específico da contratação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos dutos e componentes do sistema de climatização, observa-se que a adequada execução dos serviços é essencial para a qualidade do ar interior dos ambientes, estando diretamente relacionada à manutenção da salubridade e segurança dos espaços físicos utilizados por servidores e visitantes. A inexecução ou a execução defeituosa pode acarretar prejuízos significativos à Administração, inclusive com a necessidade de contratação emergencial para correção das falhas, o que reforça a necessidade de mecanismos de proteção.

Ademais, trata-se de serviços que envolvem logística, mão de obra, uso de produtos químicos controlados e equipamentos específicos, demandando comprometimento técnico e financeiro por parte da contratada. A garantia contratual, prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, atua, portanto, como importante instrumento de mitigação de riscos, conferindo maior segurança jurídica e operacional à Administração Pública.

[Vide Nota Explicativa n. 20.](#)

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(☒) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(☐) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(☐) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(☒) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Vide Nota Explicativa n. 21.



Documento assinado digitalmente

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Data: 15/10/2025 15:21:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Assinou eletronicamente)

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Técnico Titular



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Declaração de Vistoria

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT, que o responsável indicado pela empresa, cujos dados estão informados abaixo, vistoriou nesta data as dependências do MT situadas no Setor de Expansão dos Ministérios Norte, Edifício Anexo do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios - Bloco "A e B"; a Coordenação de Infraestrutura - (COINF) - Térreo Ala Oeste - Brasília - DF, sala nº 04 onde tomou conhecimento dos locais, em geral, área externa e instalações, nos quais se desenvolverão os serviços e esclareceu todas as dúvidas, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta, estando ciente de todas as situações inerentes à prestação dos serviços objeto desta Licitação, tendo aceitado as condições existentes, dando ciência do estado de conservação em que se encontram e assumindo a execução das mesmas a partir do início da prestação dos serviços, não podendo alegar desconhecimento de qualquer dificuldade encontrada futuramente.

Responsável:

Documento de Identificação:

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Brasilia-DF / /

Assinatura do Representante - Órgão

Assinatura do Representante - Empresa



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

INDICADORES	
Qualidade dos serviços prestados e atendimento de regras contratuais	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução dos serviços contratados com qualidade e pontualidade.
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados e dos materiais recebidos, adequados ao padrão de qualidade e ao prazo definido citado no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Planilha de mensuração dos serviços executados, conforme planilha a ser desenvolvida internamente pelo Setor Requisitante.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle interna do Setor Requisitante.
Periodicidade	Não se aplica.
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data de início da execução dos serviços. Será formalizada no 1º (primeiro) dia útil após a assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 3 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura. 4 a 6 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura. 7 a 9 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura. 10 a 12 ocorrências = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura.
Sanção	A verificação de 13 (treze) ou mais ocorrências caracterizará inexecução parcial ou total do objeto do contrato, ficando a contratada sujeita à aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS
1	Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados e não corrigi-los no prazo determinado pela FISCALIZAÇÃO. (Por serviço inadequado).	-
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal. (Por serviço não executado ou abandonado).	-
3	Negligência na execução dos serviços, assim entendidos ausências dos postos de trabalho, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas. (Por ocorrência).	-
4	Não fornecer no prazo equipamento, EPI, uniforme ou fornecer diferente das especificações, ou não substituir quando necessário (Contrato e Termo de Referência). (Por verificação mensal).	-
5	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório. (Por verificação mensal, quando da medição dos serviços).	-